

Artes visuais no Acre: Diálogos, políticas e experiências

Visual arts in Acre: Dialogues, policies and experiences

Giselle Xavier d'Avila Lucena¹
Hesaú Rômulo Braga Pinto²
Orlando Franco Maneschy³

Resumo: O presente artigo visa estabelecer uma discussão sobre as artes visuais e sua íntima relação com as políticas públicas desenvolvidas no Estado do Acre. Para tanto, resgata-se um debate necessário sobre a formulação de políticas públicas no Brasil ao passo de compreender como estas se desenham num contexto social específico. O artigo está dividido em três partes e conta com uma reflexão teórica sobre as políticas públicas no Brasil, uma discussão sobre o contexto local e um mapeamento dos atores sociais que influenciaram o cenário das artes visuais no Estado do Acre. Apresentamos ainda os atores entendem a área e buscando atividades que parecem dialogar com este segmento mesmo que de forma transversal, como as atividades ligadas ao cinema.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Artes Visuais; Acre.

¹ Mestre em Comunicação Social e Interações Midiatizadas pela PUC Minas; Especialista em Produção e Crítica Cultural pelo IEC-PUC Minas; professora do curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFAC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8232063923324175>

² Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Professor Substituto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3453200000314353>

³ Pós-doutorado Centro de Investigação e de Estudos em Belas Artes da Faculdade de Belas Ar, CIEBA-FABAUL, Portugal; Doutor e Mestre em Comunicação e Semiótica - PUC/SP. Professor Adjunto do Instituto de Ciências da Arte - ICA da Universidade Federal do Pará. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6198572031091761>

Abstract: This article aims to establish a discussion about the visual arts and its intimate relationship with the public policies developed in the State of Acre. Therefore, a necessary debate on a formulation of public policies in Brazil is rescued. The article is divided in three parts and counts on a theoretical reflection on public policies in Brazil, a discussion about the local context and a mapping of the social acts that influence the visual arts scene in the State of Acre. We also present the actors understand an area and seek activities that seem to dialogue with this segment, even as a transversal form, as activities related to cinema.

Keywords: Public Policy, Visual Arts, State of Acre.

1. Introdução

O intuito deste artigo é o de dialogar com as políticas públicas, tentando compreender em que medida sua implementação influenciou o cenário cultural do Estado do Acre, no que diz respeito à área de Artes Visuais. Para tanto, apresentaremos um breve histórico das políticas públicas culturais no Brasil, considerando as dimensões apontadas por Botelho (2001) e Lipsky (1980) e uma discussão sobre preceitos importantes tanto do nível de formulação, implementação e aplicação de políticas públicas como no que diz respeito à burocracia e suas nuances ligadas ao tema.

A questão da *cultura* e toda sua quase infinita gama de interpretações e aplicações têm sido debatida ao longo dos últimos anos e, principalmente, abordada sob diferentes perspectivas. A definição de Geertz (1989) nos parece bastante adequada ao definir cultura como uma “teia de significados”, ou seja, uma construção simbólica de signos e significados que estruturam as relações sociais. Podemos entender as artes visuais como uma “experiência visual que foi trabalhada com um material e técnica específicos” (Vivas e Guedes, 2015, p. 11). Para além do seu sentido estético, considera-se a forma como a imagem se apresenta, ou seja, seus aspectos físicos a partir das modalidades artísticas, como pintura, escultura, gravura, entre outros; os materiais utilizados: óleo, guache, gravite etc; o suporte em que se apresenta: Madeira, tela, papel, entre outros (Vivas e Guedes, 2015).

As artes visuais estão inseridas, desta forma, desde o século XIX, ainda no Brasil Império e se desdobrando sob diversas roupagens, testemunhando as reformulações do Estado Brasileiro também no século XX. A própria caracterização do direito à cultura acompanhou uma série de reformulações teóricas e práticas que não obstante (re) definiram o papel do Estado diante da sociedade civil.

Enquanto se consolida o registro da primeira geração dos direitos políticos, civis e cívicos, balizando o poder de ação do Estado e se fortalece o da segunda geração dos direitos sociais, econômicos e culturais, que impõe uma ação positiva ao Estado, uma terceira geração de direitos, desta vez coletivos, faz sua aparição: direito à infância, direito ao meio-ambiente, direito à cidade, direito ao desenvolvimento dos povos, enfim reconhecido na conferência de Viena em 1993 (Sachs, 1998).

A consolidação de direitos se expande para os campos econômicos e culturais, ao passo que o Estado vai assimilando e assumindo compromissos para com a sociedade civil, de tal forma a manusear ferramentas de gestão que propiciam o melhor desempenho de ações que fortaleçam os elementos diferenciadores de cada nação na chamada modernidade. “Geralmente reconhece-se, por um lado, que os direitos civis e políticos, por outro, os direitos econômicos, sociais e culturais, constituem um conjunto de valor essencial para a manutenção da dignidade, da liberdade e do bem-estar dos homens” (Mbaya, 1997).

Posteriormente a esta discussão adentramos no contexto do Estado do Acre, por meio de um mapeamento de ações ligadas às Artes Visuais. Neste mapeamento, optamos por apresentar as ações para as Artes Visuais considerando cinco diferentes atores:

- 1) Associação Acreana dos Artistas Plásticos – AAPA;
- 2) Fundação Municipal de Cultura de Rio Branco Garibaldi Brasil – FGB;
- 3) Fundação Estadual de Comunicação e Cultura – FEM;
- 4) SESC;
- 5) Instituto Acreano de Imagens – IAI.

Consideramos que seja importante, também, comentar a contribuição do extinto curso de licenciatura de Artes Visuais da Faculdade da Amazônia Ocidental - FAAO, bem como de outros projetos da sociedade civil que se destacaram nos últimos 10 anos. Estes atores são imprescindíveis para que se tenha um entendimento aproximado do contexto que foi vivenciado no Acre e de como estes atores impactaram a cena das artes visuais, influenciando no seu desdobramento. Entender cada um deles é entender de que forma o desenrolar da implementação das políticas públicas nesta unidade da federação.

2. Breve histórico das políticas públicas culturais no Brasil

Existem duas dimensões importantes que se considera para a implementação de políticas públicas culturais: a sociológica e a antropológica.

Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade (Botelho, 2001).

Esta primeira dimensão evidencia os fatores que são determinados e protegidos pelas origens regionais de cada um dos indivíduos envolvidos em função dos interesses em questão: econômicos, de gênero, raciais, esportivos ou culturais, etc. Nesta dimensão antropológica, a cultura precisa ser entendida a partir de uma reorganização de alicerces sociais que ultrapassam os limites tangíveis. Isto é, hábitos, práticas sociais, relações familiares arraigadas no seio do grupo e que definem as fronteiras de diferenciação entre estes. O entendimento de *cultura* assim ultrapassa os limites materiais e transborda para o simbólico.

Já a dimensão sociológica estabelece um paradigma diferente uma vez que não se constitui no plano do indivíduo mas sim em um contexto especializado: atingir um público ou um sentido específico. Em outras palavras, a dimensão

sociológica da cultura refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria. Ela compõe um universo que gere (ou interfere em) um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais, deixando o plano antropológico relegado simplesmente ao discurso (Botelho, 2001).

Ao contrário da dimensão anterior, aqui permite-se uma interferência significativa no contexto nesta perspectiva de objetivação dos resultados esperados. Desta forma, aspectos prioritários se definem por suas características abrangentes, dos quais pode-se citar:

- 1) a responsabilidade dos interessados caracterizada na estratégia da demanda e,
- 2) a delimitação da área de atuação da intervenção.

Ainda que existam instâncias diversas, é imprescindível que haja um recorte sistemático da atuação da política pública em questão. Embora tenha se afirmado que a cultura é um aspecto generalizante, isto é, engloba o “todo” de uma sociedade, é possível interpor fronteiras que tornam a operacionalização de políticas públicas uma ação executável.

Nunca será demais reiterar o quanto as duas dimensões são igualmente importantes e têm questões próprias a serem tratadas de forma articulada. É preciso evitar que elas sejam associadas à dicotomia cultura popular versus cultura erudita, como se estas fossem pólos excludentes e representassem, em si mesmas, opções ideológicas. Questões de democracia e de identidade nacional não se reduzem à defesa do popular entendido como apanágio do valor e da autenticidade (Botelho, 2001).

A busca por recursos para iniciativas de financiamento perpassa obre compreender os aspectos que temos discutido, principalmente no que diz respeito ao prospecto e viabilidade de ideias.

As análises são centradas nos atores dos níveis organizacionais responsáveis pela implementação. Considera-se que a política muda à medida que é executada, a implementação é percebida como um processo iterativo de formulação, implementação e reformulação (Mazmanian e Sabatier, 1983).

Desta forma há um condicionante no padrão de sucesso na implementação de políticas em virtude do comprometimento e da limitação dos atores envolvidos, da capacidade de influenciar deste e dos diferentes níveis que se atinge para delimitar esta influência. Os níveis foram definidos por Lipsky (1980) como burocracias de nível de rua (*level-street bureaucracy*) que estruturam o as agências de prospecção de atores que interagem diretamente com os cidadãos. Esses recursos requeridos foram elaborados por Lipsky a partir de cinco condições de trabalho que determinam o tipo de burocracia em questão, evidenciando suas características:

- 1) recursos são inadequados face as atividades a serem executadas;
- 2) a demanda pelo serviço tende aumentar até encontrar a oferta;
- 3) os objetivos dos serviços públicos tendem a ser conflitantes e muitas vezes ambíguos, colocando em primeiro plano horizontes requeridos e não necessariamente alvos permanentes;
- 4) é complicado medir o desempenho dos trabalhadores onde a discricionariedade do trabalho é relativamente alta;
- 5) o caráter não voluntário dos clientes.

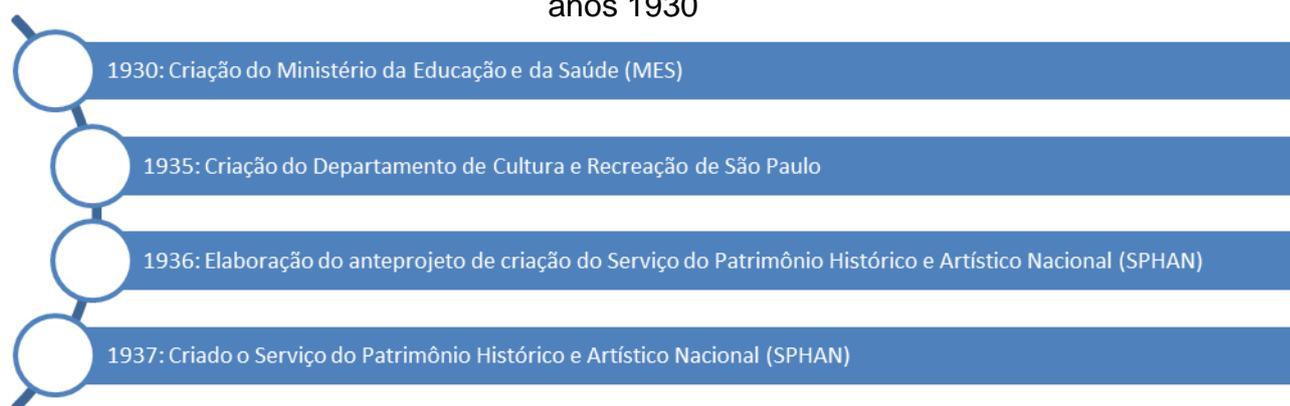
Como essa burocracia de nível de rua se relaciona com a formulação de políticas públicas? Ora uma vez que se estabelece a prospecção com relação a uma eventual implementação de tal política se permite uma efetividade maior desta implementação.

No Brasil essa prospecção pode ser discutida a partir do começo do século XX – na década de 1930 – (Rubim, 2007), e outra abordagem que menciona o Segundo Império. Rubim dá destaque para três fases da política cultural brasileira: uma fase onde há uma ausência total de investimentos, uma fase autoritária e uma

fase instável, sendo que o elemento da descontinuidade é marcante nas três: 1)Primeira Fase: 1930 a 1946; 2)Segunda Fase: 1947 a 1964; 3)Terceira Fase: pós-1985.

A transição da política do café-com-leite, vigente do século XIX até a década de 1930 (Negro e Brito, 2013) para um modelo agroexportador possibilitou um novo modelo de gestão pública, capitaneados pela urbanização, aumento da produção industrial e uma série de direitos trabalhistas conquistados. O ano de 1930 marca, com a a criação do Ministério da Educação e Saúde, a primeira instituição brasileira destinada a cuidar de aspectos culturais nacionais. Em 1937, sob a direção de Mário de Andrade, é criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Através do Decreto-lei⁴ delimita-se bens móveis e imóveis que se relacionam a fatos memoráveis da história nacional seja por seu valor artístico, arqueológico, bibliográfico ou etnográfico. É o primeiro movimento institucional de estabelecer fronteiras sobre o que seria o patrimônio brasileiro, reforçando uma identidade nacional pleiteada desde o século anterior. Vale destacar também que os anos 1930 proporcionaram destaque para a divulgação do cinema e rádio nacionais.

Figura 1 Expansão dos mecanismos institucionais de suporte à cultura nos anos 1930



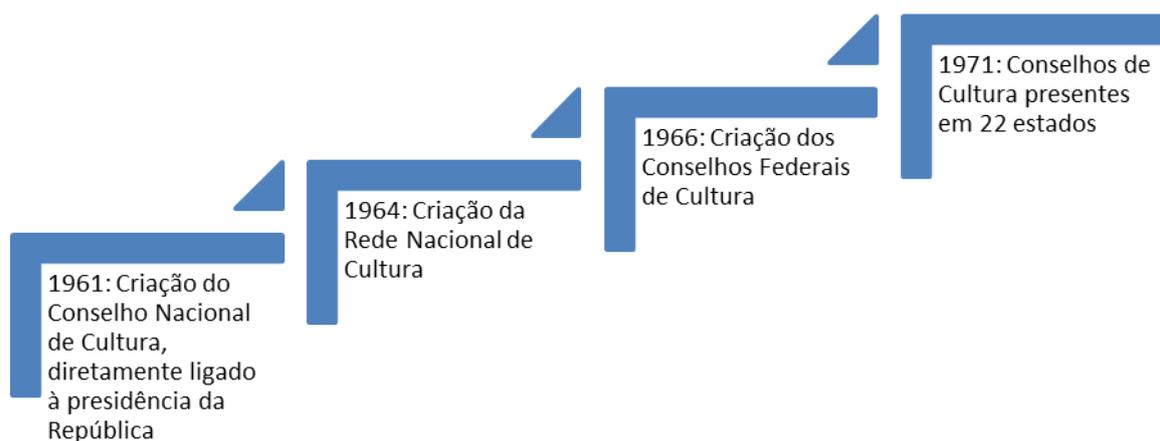
Fonte: (CALABRE,2009)

⁴ Decreto Nº 25 de 30 de dezembro de 1937.

O período que marcou o pós-guerra e o elemento descontinuista se mostra presente: com uma fraca presença do Estado e novas formas de sociabilidade no que tange à relação da sociedade nacional com meios de comunicação. De 1946 e nos anos seguintes um investimento tímido e desarticulado marcará o trato com a questão cultural no país. O rádio efetivamente se consolida como força e os primeiros indícios de TV. Em 1953 é criado o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação e da Cultura (Calabre, 2009).

Com a ditadura militar, as questões relacionadas à cultura passaram a ser uma preocupação central do Estado Brasileiro, muito em virtude da sua politização. Após 1964 a única maneira pela qual os artistas se comunicavam com o público era através de espetáculos – em sua grande maioria fazendo críticas à ditadura. É nesse período em que se cria uma Rede Nacional de Cultura e se inicia a circulação de peças teatrais oficiais. Instituições culturais começam a sentir os efeitos da falta de investimento e todo um sistema cultural em construção sofre com tal instabilidade.

Figura 2 Políticas Públicas no aparato governamental brasileiro



Fonte: (Calabre, 2009)

O fim do regime militar marcou a criação do Ministério da Cultura (1985) no governo Sarney tendo como ministro Celso Furtado. A criação do ministério marca sobretudo uma tentativa de reorganização da esfera pública em torno de uma política cultural altamente comprometida nos anos anteriores.

Os traços neoliberais da administração de Fernando Collor de Mello na década de 1990 desmantelaram um sistema já fragilizado pelo regime militar. Com a extinção do Ministério da Cultura e de agências como Pró-Memória, Funarte, Embrafilme, e outras.

3. O contexto local das artes visuais no estado do Acre⁵

Buscamos experiências e ações desenvolvidas nos últimos 10 anos, tendo como referência principais as instituições. Os dados foram acessados a partir de documentos dessas instituições, matérias, e conversas com pessoas da área. Houve assim um envolvimento muito grande com a cena local, fruto de muito trabalho e articulação com cada um destes atores do Estado. A arte é transversal. No Acre, um estado recente da federação brasileira⁶, a configuração de movimentos artísticos reconhecidos e identificados como tais, parece também ter uma história recente, o que, natural de ser, se observa no desenho de políticas públicas para a área. Na história do Acre, os ciclos da borracha – o primeiro entre 1870 e 1912; e o segundo entre 1942 e 1945 – marcam os processos de configuração geográfica e de ocupação territorial. A partir das últimas décadas do século XIX, quando o capital internacional se expandiu, os primeiros exploradores buscavam o látex – ou borracha -, matéria-prima demandada por países como Inglaterra, França, Alemanha, Holanda e Estados Unidos. As referências históricas e culturais do Acre, na fronteira entre a Bolívia e o Peru, parecem plantadas na fusão de diferentes atores que engendraram um longo processo de definição geográfica e ocupação territorial.

⁵ Este levantamento contou com a contribuição e parceria do fotógrafo Allen Ferraz Lins.

⁶ O Acre foi anexado ao Brasil como Território Federal em 1904, e se tornou Estado em 1962.

A partir da década de 1970, com a urbanização e o avanço das cidades, tem-se um importante momento de transformação em vários aspectos: chegou a TV, incrementaram rádios, criaram jornais diários, foi federalizada a Universidade do Acre – UFAC, e surgiu o SESC, também protagonista no cenário das artes no Acre, com o Teatro de Arena e Galerias de Arte. A Associação dos Artistas Plásticos do Acre – AAPA surgiu em 1988; a Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil - FGB⁷, responsável pela gestão cultural de Rio Branco, foi criada em 1990. Já a Fundação de Cultura Elias Mansour – FEM⁸, responsável pela gestão da cultura no âmbito estadual, em 1999.

Figura 3 Cronologia da criação de instituições culturais no Estado do Acre



Fonte: Elaboração própria

Falar de um segmento específico é tarefa difícil em se tratando de um lugar onde os fazedores de música também fazem cinema, literatura, e dançam, e pintam, e ensinam, e “teatram”, e contam histórias etc. A começar pelo talvez mais popular deles: o “seringueiro pintor” Hélio Melo. Músico, artista plástico e também senhor da seringa. “Seu Hélio”, como era conhecido, figura certamente como um curioso retrato do universo artístico de uma Rio Branco recém-saída dos seringais - sim, há

⁷ Apesar de ter sido criada em 1990, somente em 1993 é que passou a ser chamada “Garibaldi Brasil”.

⁸ Era antes a Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Cultura e Desporto – FDRHCD.

duas gerações ainda estávamos nos seringais, explorando ou sendo explorados. Na falta de materiais específicos, pintava nas superfícies mais diversas; desenvolvia, com recursos da floresta, seus próprios pigmentos; construía sua própria rabeca; escrevia suas “cartilhas” e, assim, passeando por uma arte sem fronteiras, encantou e fez morada na memória de muitos acreanos e no imaginário de mais um tanto que só o conhecem pelo legado artístico e cultural que deixou, e pelas histórias tão compartilhadas por quem o conheceu.

Atualmente presidida pelo artista plástico e professor universitário Marco Lenísio Ribeiro de Moura, a Associação dos Artistas Plásticos do Acre – AAPA tem um papel preponderante na história das artes locais, pois agrega artistas, representa classe e funciona como local de mobilização das artes plásticas no estado. Segundo Marco Lenísio, os integrantes da associação já conversam sobre a possibilidade/necessidade de mudar, em seu nome, o termo “artes plásticas” para “artes visuais”, haja vista que essa última parece mais adequada às manifestações artísticas atuais (Moura, 2016). A AAPA entende como artes visuais, nas palavras de Lenísio, qualquer atividade que lide com imagem, inclusive com a imagem que não se captura em forma de registro, como a performance. Assim, são incluídas - além de desenho, pintura e escultura - a performance, grafite, design gráfico, ilustração, animação e audio-visual.

Desde sua criação, a AAPA atua na formação de artistas locais tendo fortalecido suas ações no período de 2011 à 2014 quando, sendo Ponto de Cultura, ofereceu diversos cursos livres à comunidade. Também atua junto aos órgãos públicos de cultura e educação, como com o projeto “Artes Visuais na Escola”, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, em 2011. Além da realização de diversas exposições, individuais e coletivas, de artistas locais, a AAPA também é parceira na elaboração e execução de editais e eventos da área, como o Salão Hélio Melo de Artes Plásticas (FEM) e o Concurso As Cores da Cidade (FGB). Recentemente, articulou a assinatura de um termo de cooperação entre a Universidade Federal do Acre e a Escuela Superior Autónoma de Bellas Artes “Diego Quispe Tito” del Cusco, no Peru. O Acre tem uma posição geográfica peculiar e isto permite que o Estado tenha uma situação ímpar. A fronteira que estabelece com outros países torna a questão culturalmente sensível para trocas e

intercâmbios de noções e entendimentos a respeito da forma como se lida com o fluxo das artes visuais dentro de cada um destes territórios.

Em se tratando da FGB, no ano de 2005 foi iniciado um processo de construção de políticas públicas para cultura de forma aberta e participativa, incluindo diferentes segmentos da área das Artes, Esporte e Patrimônio Histórico. Naquele ano, foi realizado o I Fórum de Cultura de Rio Branco, que consistiu em um ciclo de reuniões com o objetivo de realizar um diagnóstico e identificar as expectativas dos diversos setores em relação às políticas públicas de cultura. Até então, não havia um segmento intitulado “Artes Visuais”, mas podemos considerar que seus atores se dividiram em Audiovisual, Artes Plásticas e Artesanato. No ano seguinte, o material levantado foi analisado, organizado e fundamentou uma pré-proposta de Sistema Municipal de Cultura que, no ano 2007, foi divulgada e debatida durante a I Conferência Municipal de Cultura. Como resultado de tais debates, foram criadas quatro novas ferramentas de gestão pública de cultura: Fundo Municipal de Cultura⁹, Cadastro Cultural, Conselho Municipal de Cultura e a Lei de Patrimônio Cultural.

Assim, no final de 2007 o Sistema Municipal de Cultura foi aprovado. Dentro dele, no Conselho Municipal de Cultura e no Cadastro Municipal de Cultura, Artes Visuais já aparece como um segmento da área de artes, “contemplando o cenário contemporâneo, que inclui outras manifestações, além da pintura e do desenho, e as novas tecnologias, não se restringindo, portanto, ao universo da pintura e do desenho” (ACRE, 2013, p. 51). Como Câmara Temática do Conselho¹⁰, se mostra como uma área que reúne atores para discussão de políticas específicas.

Ainda em 2007, a FGB realizou a primeira edição do concurso “As Cores da Cidade” que passou a ser realizado anualmente, em parceria com a Câmara Temática de Artes Visuais, do Conselho Municipal de Cultura, em comemoração ao

⁹ A Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Rio Branco existe desde 1999, junto ao Fundo Municipal de Cultura podem apresentar informações referentes à atores e projetos da área das artes, mas não há dados sistematizados.

¹⁰ O Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC tem estrutura peculiar, é organizado em instâncias de participação: Câmaras Temáticas, Fóruns Setoriais, Comissão Executiva e Conferência Municipal de Cultura.

aniversário da cidade. O concurso contava, muito além das exposições, como instrumento de promoção de debate e reconhecimento para o segmento. O concurso tinha como categorias pintura e técnicas mistas, desenho, escultura, gravura, e grafite e, em 2015, passou a incluir a Fotografia. Em todas as categorias, são escolhidas três obras que recebem prêmios em dinheiro. Por falta de recursos, em 2016, o concurso não foi realizado.

Infelizmente, não há balanço ou dados sistematizados e publicizados sobre projetos apresentados, financiados pelos mecanismos disponíveis, ou sobre as atividades das CTS. No blog da FGB¹¹, há disponível um relatório, publicado em 2011, do Fundo Municipal de Cultura, durante o período de 2008 a 2010. Nele, consta que, neste período, foram destinados quase R\$ 840 mil reais ao FMC. Nestes três anos, os projetos da área de Artes Visuais usufruíram de aproximadamente R\$ 44 mil reais. O FMC destina-se ao financiamento direto – sem patrocinador – de projetos de circulação, produção, formação entre outros.

Em busca realizada nos materiais disponibilizados pelo fundo constam dados a respeito das reuniões do Conselho Municipal de Cultura. No que refere ao segmento de Artes Visuais, há 185 cadastrados. Entre 2012 e 2015, aconteceram 15 reuniões desta Câmara Temática envolvendo de 01 a 24 conselheiros. Em todas elas, a pauta que se destaca é o Concurso “As Cores da Cidade”. Importante comentar que na mesma coleta de dados, no SMC, há também segmentos Artesanato e Artes Aplicadas (84 inscritos), Audiovisual (76) e Artes Digitais (14), por onde também podem ser debatidas questões que atravessam as Artes Visuais.

Um dos projetos que já tiveram apoio do Fundo Municipal de Cultura, gerenciado pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais e Fundação Garibaldi Brasil, é o “Arte do Ser” que teve início em 2009, logo após atividade de capacitação com o psicólogo Philippe Bandeira de Melo, através de projeto aprovado no Fundo. Naquele primeiro momento, os coordenadores do projeto também o aprovaram na I Chamada de Seleção de Projetos de Arte, Cultura e Renda na Saúde Mental do Ministério da Saúde porém, só conseguiram acessar este recurso em 2015. Até então, o projeto se manteve através de doações e

¹¹ <http://culturariobranco.blogspot.com.br> Acesso em dez. de 2016.

metade do lucro de vendas de réplicas: quadros, impressões, canecas etc, produzidos pelos participantes. O projeto “Arte do Ser” utiliza a expressão artística, como pintura em tela e desenho, como ferramenta para integração social entre pessoas que apresentam ou não transtornos ou deficiência mental. No momento, o grupo aguarda formalização no Centro de Convivência, equipamento da rede de atenção psicossocial – RAPS. As atividades do grupo, exposições, oficinas e produções de pinturas e desenhos, acontecem, atualmente, no Parque Capitão Ciríaco, com equipe formada por dois psicólogos da Secretaria Estadual de Saúde - Sesacre, uma arte-educadora da Secretaria Estadual de Educação do Acre, e dois educadores da FGB. O projeto também conta com a parceria da Universidade Federal do Acre – UFAC, por meio de projetos de extensão ligados aos cursos de Jornalismo e Psicologia, contando com alunos bolsistas e/ou voluntários. Interessante notar que há um complemento destas ações, improvisada pelo próprio público-alvo para que exista a viabilidade e continuidade do projeto.

A Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour - FEM, é responsável pela gestão da política cultural do Estado do Acre e pela coordenação do Sistema Estadual de Cultura. Dentre suas atribuições, insere-se a administração do Fundo Estadual de Fomento a Cultura - FUNCULTURA (0,5% da receita tributária líquida do estado), dividido, conforme o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PRECULT, nas seguintes modalidades de fomento:

- I – incentivo fiscal;
- II – incentivo direto;
- III – financiamento;
- IV – participação em fundos de investimento;
- V – convênios e outros ajustes (ACRE, 2010, p. 8).

O último edital lançado pelo Fundo foi em 2014 e, em 2016, a FEM lançou o Edital Jamaxi Cultural, com o repasse de 2,2 milhões de reais, para todo o estado, contemplando a área de teatro, dança, música e artes visuais. Neste último, foram aprovados 37 projetos, sendo 6 da área de artes visuais – todos da AAPA.

Em 2012, a FEM lançou a 5ª edição do Salão Hélio Melo de Artes Plásticas, em parceria com a AAPA. O projeto foi lançado a cada dois anos e não teve

continuidade. A cada edição, as categorias eram reorganizadas, incluindo, por exemplo, escultura, instalações, fotografia, mídias digitais, telas em geral etc.

Em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco e por meio do Centro Audiovisual Norte-Nordeste - CANNE, a FEM ofereceu, na Usina de Artes João Donato, o curso de Cinema e Vídeo, realizado no período de 2007 a 2009. Por meio desta e de outras parcerias, a FEM promove cursos livres na área de artes visuais, principalmente no que tange ao audiovisual. São cursos de fotografia, desenho, iluminação, animação, direção de fotografia para cinema, direção de arte, dentre outros, além de uma série de mostras, que vão do desenho ao vídeo¹².

Além disso, a FEM é apoiadora do Festival Internacional Pachamama – Cinema de Fronteira, que acontece desde 2010, também com mostras e atividades de formação englobando as diversas ramificações da cadeia produtiva do audiovisual, o que, juntamente com as ações já relacionadas, contribui para o processo de capacitação de novos artistas que surgem neste segmento, bem como para a formação de público. O Festival Pachamama é realizado pelo “SACI - Conteúdo e Movimento” e “Yaneramai Films”, e, ao longo destes sete anos, utilizou diferentes mecanismos de gestão pública, como Lei de Incentivo Banco da Amazônia, Fundo Municipal de Cultura de Rio Branco (FGB), Edital de Pequenos Apoios (FGB), Lei Estadual de Incentivo à Cultura (FEM), emenda parlamentar e apoios diretos.

No que se refere ao cinema, é importante comentar dois grupos cineclubistas ativos na atualidade: O Cinema das Ideias, realizado 2010, utiliza recursos destinados à atividade de extensão da Universidade Federal do Acre – UFAC, e o Cineclube Opiniões, realizado desde 2011, de modo independente, na Fimoteca da Biblioteca Pública.

O Serviço Social do Comércio – SESC também exerce papel importante nas ações ligadas às artes. No seu entendimento, o campo das artes visuais abrange as manifestações que vão desde às tradicionais, como artesanato, arte sacra, objetos de devoção, folgedos e folias que produzem objetos ritualísticos, até à arte urbana, tecnológica e suas transversalidades. Considera, portanto, pintura,

¹² As atividades são divulgadas por meio do blog Usina de Olhares: <https://usinadeolhares.wordpress.com/>

escultura, fotografia, gravura, em seus diversos estilos: modernismo, abstracionismo, figuratismo etc. No implemento de sua programação, a instituição leva em conta a sua duração, diversidade e integração com a comunidade, observando as práticas culturais dos diferentes públicos e com o propósito de estimular interesse e sentido crítico dos cidadãos, mantendo-se aberta às propostas experimentais (Chaves, 2016)¹³.

Os projetos desenvolvidos atualmente e que envolvem as linguagens diversas das artes visuais são: Calenarte; Aldeia Sesc Caiçuma das Artes e Sesc Amazônia das artes. São ações que promovem, por meio de edital ou não, exposição e circulação de obras e artistas, bem como cursos, oficinas e palestras; desenvolvimento de experimentações, exposição, performance, intervenções e incentivo artístico, e visita mediada à exposição. O Salão de Exposições do SESC Centro¹⁴ é, atualmente, o espaço onde acontecem exposições recorrentes de artistas locais e nacionais. Para as perspectivas futuras, o SESC tem um levantamento de solicitações que abrange questões estruturais e de funcionamento dos seus espaços, como modernização da iluminação, aquisição de aparelhos eletrônicos, sistema de segurança, sinalização educativa, recursos de audiodescrição etc, além de espaço para restauração e conservação de obras. A instituição pretende dar continuidade aos projetos já existentes e experimentar outros a fim de fortalecer as expressões ligadas às artes visuais, oferecendo ferramentas para que a produção artístico e cultural se torne um instrumento de transformação (Chaves, 2016).

Em 2010, o fotógrafo acreano Marcos Vicentti Batista da Silva¹⁵, criou o Instituto Acreano de Imagens - IAI. Voltado especificamente para o ensino e difusão da fotografia, o IAI promove desde então constantes cursos e oficinas na cidade de Rio Branco e no interior do estado. Também realiza exposições coletivas e escambos fotográficos em locais diversos, como a Praça Plácido de Castro (Praça da Revolução), e o Terminal Urbano, ambos, pontos de abundante circulação de

¹³ Nardia Taina de Araújo Lima Chaves é técnica de Artes Visuais no Serviço Social do Comércio do Acre.

¹⁴ Não se tem a data certa de inauguração. Parece existir desde 2000 e ter sido reinaugurado em 2003.

¹⁵ Em entrevista realizada no dia 08 de dezembro de 2016, em Rio Branco, para este trabalho.

peessoas. Macos Vicenti acredita no potencial humanista e transformador da fotografia, daí sua preferência por estes locais, uma vez que, segundo ele, a maioria das pessoas que estas ações acessam, provavelmente não entrariam em uma sala de exposição (SILVA, 2016a). Com a criação do IAI, inúmeros fotógrafos – sejam profissionais ou que a praticam por hobby – se formaram e se aperfeiçoaram, aquecendo o seguimento da fotografia tanto no seu fazer quanto na discussão em torno da mesma, a tornando cada vez mais presente na cena artística local.

Também em 2010, foi fundado o Pium Fotoclube, com o propósito de contribuir com o fortalecimento da fotografia produzida no Acre. O grupo, formado por fotógrafos da região, promoveu eventos de formação, saídas fotográficas e finalizou suas atividades em 2014, com a publicação do álbum fotográfico “Entre Olhares”.

No ano de 2006, a Faculdade da Amazônia Ocidental - FAAO inaugurou o curso de Licenciatura em Artes Visuais. O curso tinha a duração de quatro anos e tratava das artes plásticas em geral: desenho, pintura, escultura, além de design, cinema, vídeo, fotografia, desenho, trabalho gráfico digital, bem como cerâmica e marchetaria, considerando as referências e tradições locais. A última turma foi iniciada em 2013. Coordenadores e professores exigiam no máximo 30 alunos. Por outro lado, a instituição defendia que era preciso ter, no mínimo, 40 alunos. Para Laélia Maria Rodrigues da Silva¹⁶, uma das ex-coordenadoras, o curso contribuiu para atender a demanda por professores de arte no ensino público fundamental e médio, formando profissionais polivalentes, capacitados para descobrir e aplicar alternativas para o ensino de arte em sala de aula. O curso formou cerca de 60 profissionais. “Quase todos os alunos foram contratados, os que não foram, foi porque não quiseram, mas, certamente, estão em outros setores ligados a arte” (SILVA, 2016b). Ainda em 2016, aconteceu a exposição “Amazônia: cor, forma e substância”, resultado de pesquisas de conclusão do curso, realizada por Heide Genifer e Maria Rosilene Nobre da Cunha.

Em 2005, foram criados na UFAC os cursos de Artes Cênicas e Música, resultado de discussões com profissionais e entusiastas de diferentes segmentos

¹⁶ Em entrevista realizada no dia 01 dezembro de 2016, em Rio Branco, para este trabalho.

culturais. “Naquele momento, os movimentos de música e teatro se mostraram mais organizados, o que nos fez concluir que eram os cursos mais viáveis” (SILVA, 2016b). Segundo Laélia Rodrigues, havia algumas propostas para desenvolvimentos futuros, como tornar ambos cursos bacharelados; abrir especialização ligada às artes com o propósito de atender os professores de artes que não eram formados na área, entre outras. Agora em 2016, professores e artistas retomaram as discussões para criação de um curso de artes visuais, envolvendo pintura, desenho, gravura, escultura, cerâmica, artes digitais, fotografia, cinema e vídeo. “Estamos aguardando uma oportunidade para encaminhar as demandas e afinar interesses. Afinal, há muitos interessados na criação deste curso, embora com interesses de natureza diversas” (SILVA, 2016b).

De modo geral, considerando as ações aqui apresentadas, não seria falho inferir que, nesse período, as instituições estadual e municipal dedicaram-se a organizar, mesmo que descontinuamente, os Sistemas e Planos de Cultura – conforme as diretrizes do Ministério Nacional de Cultura – MinC, no entanto, ainda não se visualiza a concretização e consolidação de tais mecanismos. A descontinuidade também pode ser percebida nos projetos e programas das instituições, por questões diversas que englobam toda a estrutura governamental. Nota-se que grande parte de seus editais, projetos e ações possuem caráter generalista, contemplando os diversos segmentos culturais. No que se refere especialmente às artes visuais, a AAPA se apresenta fundamental no direcionamento das ações seja das fundações de cultura ou do SESC.

Tabela 1 Cronologia de fatos e atores importantes do Acre no campo das Artes Visuais

1977	surge o SESC Acre
1988	Associação dos Artistas Plásticos do Acre – AAPA (realiza atividades próprias e é parceira de ações desenvolvidas pela FBG; FEM e SESC).
1990	Surge a Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil – FGB.
1999	Surge a Fundação de Cultura Elias Mansour – FEM.

2006	É criado o curso de Licenciatura em Artes Visuais, da Faculdade da Amazônia Ocidental
2007	aprovação do Sistema Municipal de Cultura (onde se inclui o Conselho Municipal de Cultura e a Câmara Temática de Artes visuais).
2007	Realização da primeira edição do Concurso de Pintura "As Cores da Cidade"
2007	Realização do Curso de Cinema e Vídeo
2009	Iniciado o projeto "Arte do Ser" (em atividade, acontece em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde
2010	Surge o Instituto Acreano de Imagens
2010	Surge o PIUM Fotoclube (encerrou as atividades em 2013).
2010	Primeira edição do Festival Internacional Pachamama: Cinema de Fronteira
2010	Cinema das Ideias (recebe apoio da UFAC; está em atividade).
2011	Cineclube Opiniões (grupo independente; está em atividade).
2011	"Artes Visuais na Escola"
2011	AAPA se torna Ponto de Cultura (até 2014).
2012	Realização da 5ª edição do Salão Hélio Melo de Artes Plásticas

Fonte: Elaboração própria

4. Considerações finais

A questão das políticas públicas no Brasil é repleta de discontinuidades e embates crônicos. No Acre não parece ter sido diferente. Os movimentos artísticos parecem repetir os tempos idos dos ciclos da borracha: ora riqueza; ora crise. A cada momento, um grande quantitativo populacional dos diversos cantos do Brasil, vinda para esta região do país, agregar nesta mescla de caldeirão étnico/cultural que este pedaço da Amazônia, gradativamente, se transformou. Riqueza, crise, escassez, diversidade, isolamento geográfico, questões políticas etc. Esse sem-fim de fatores oferecem um ambiente de forças caóticas – logo, produtivas - que como toda realidade, operam de maneira paradoxal, gerando um cenário dinâmico de várias faces. As dificuldades que forçaram a criatividade e habilidade dos artistas acreanos, os fazendo polivalentes – não por estilo, mas como condição mesmo de produção e existência de sua arte num contexto adverso - nos presenteou com personalidades e obras ímpares.

No entanto, quando levados ao campo das políticas públicas, as mesmas condições favoráveis podem tornar nebulosa a elaboração e implementação de programas que surgem com o intuito de colaborar com o fortalecimento e crescimento da cultura local. A começar pela própria definição do que seriam Artes Visuais. Ao longo dos processos de construção de políticas públicas, é importante apontar a dificuldade de territorialização de artistas tão transversais ou, até mesmo, de emitir uma concepção pessoal do que significaria tal termo. Dessa forma, a definição finda por vir de cima para baixo: o poder público, na sua necessidade de estabelecer categorias delimitadas e definidas, de modo a classificar e organizar grupos para que todos sejam contemplados igualmente por leis e programas, parece “forçar” o artista a pensar sua identidade dentro desta colcha de retalhos na qual, no contexto dos editais de cultura, a arte se transformou. De maneira positiva, isso fomenta discussões entre as categorias, afinal, há uma série de *stakeholders* inseridos em uma engrenagem cultural que depende de incentivos públicos e privados para funcionar. E agora: quem entra? O que sou? Onde me encaixo? É justo estar junto ou melhor seria estar como outra coisa?

A participação civil tanto na orientação das decisões públicas, embora aparentemente difusa, parece se materializar na atuação da AAPA e na articulação de atores que promovem suas atividades com os recursos disponíveis, transitando entre as fontes diversas. A complementação destas políticas, o voluntariado, as ajudas mútuas, definem de sobremaneira um cenário que cada vez mais tenta se reorganizar diante das mais inusitadas intempéries.

Temos, aqui, um instrumento que contribui para o entendimento das ações das artes visuais nos últimos 10 anos. Consideramos como um mapeamento prévio que poderia se desdobrar em outras pesquisas considerando, por exemplo, a identificação de espaços (abertos e/ou fechados), bem como projetos nacionais que alcançam o estado, como o Rumos Itaú Cultural de Artes Visuais. E, ainda, de ações do Sebrae-Acre que, ao engendrar a Rede Acreana de Cultura – RAC, também configurou importantes processos para a área da cultura.

Enfatizamos, por fim, a importância de trabalhos de pesquisa como esse, para levantamento, organização e registro de dados sobre as atividades culturais

no estado. A área carece de um sistema que acolha e preserve as memórias de modo seguro. Museus fechados, departamentos localizados em pontos sujeitos à alagações e o incêndio ocorrido em agosto de 2016, no Parque Capital Ciríaco, sede da FGB, que causou perda do acervo do patrimônio do município, é exemplo da fragilidade que as instituições enfrentam referente aos documentos históricos. O que sinalizam para o papel das pesquisas orais, da academia e também do jornalismo para a preservação e manutenção da memória de todas estas políticas. O desafio é de redefinir o desenho de um olhar institucional que leve em consideração todas as nuances – sejam geográficas, étnicas e identitárias – que envolvem o Estado do Acre.

Referências

ACRE (2013). Lei nº 1953 de 27 de dezembro de 2012. Institui o Plano Municipal de Cultura de Rio Branco para o decênio de 2013-2022. *Diário Oficial do Estado do Acre*. Rio Branco, AC. 3 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.arquivobrasil.com/diario/ccarahiAn/>> acesso em Ago. 2017.

ACRE. (2010). *Lei do Sistema Estadual de Cultura do Acre*. Disponível em: <<http://www.cultura.ac.gov.br/wps/wcm/connect/360595004b1d2ad2a204b7bec6054986/Lei+do+Sistema+Estadual+de+Cultura+-+Lei2312.pdf?MOD=AJPERES>> acesso em dez. 2016.

BOTELHO, Isaura. (2001). *Dimensões da cultura e políticas públicas*. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83.

CALABRE, L. (2009). *Políticas culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.

CHAVES, Nardia Taina de Araujo Lima. *Informações*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <nardiataina@hotmail.com>, em 10 dez. 2016.

GEERTZ, Clifford. (1989). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

LIPSKY, M. (1980). Street-Level Bureaucracy: Dilemmas of the individual in public services. New York: Russel Sage. marco de análise. In: VAN METER, D. S.; VAN HORN, C. E.; REIN, M.; RABINOVITZ, F. F. & ELMORE, R. (dirs.). *La implementación de las políticas*. México: Miguel Angel Porrúa.

MAZMANIAN, D. A. & SABATIER, P. A. 1983. Implementation and Public Policy. Glenview: Scott Foresman.

MBAYA, Etienne-Richard. (1997). Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente à diversidade de culturas. *Estud. av., São Paulo*, v. 11, n. 30, p. 17-41.

MOURA, Marco Lenísio Ribeiro (2016). Marco Lenício Ribeiro Moura: depoimento. Entrevistador: Allen Ferraz Lins. Rio Branco. Entrevista concedida a este trabalho.

NEGRO, Antonio Luigi; BRITO, Jonas. (2013). A Primeira República muito além do café com leite. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 197-201.

RIO BRANCO. (2007) Prefeitura da Cidade de Rio Branco. Sistema Municipal de Cultura. Acre: PCRB. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382043450624RIO-BRANCO.pdf/570dde92-17a9-4488-8c02-166cfa10863>>. Acesso em ago. 2017.

RIO BRANCO. (2011). *Relatório Fundo Municipal de Cultura – 2008-2010*. Disponível em <https://issuu.com/fgb.comunicacao/docs/apresenta_o_fmc>, acesso em dez. 2016.

RIO BRANCO. (2015). *Relatório Prefeitura Municipal de Rio Branco – Fundação Garibaldi Brasil*. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/0B5XHCwbV5PP0ODBDMGtMWm5pT0d2SWVlVEpwVTYtT3hmZnFZ/view>>, acesso em dez. de 2016.

RUBIM, A. A. C. (2007). Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. *Revista Galáxia*. v. 7, n. 13, p. 101-112.

SACHS, Ignacy. (1998). O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. *Estud. av.*, São Paulo , v. 12, n. 33, p. 149-156.

SILVAa, Marcos Vicenti Batista da Silva (2016a). Marcos Vicenti Batista da Silva: depoimento. Entrevista concedida a Allen Ferraz Lins. Rio Branco, Acre. Entrevista concedida para esta pesquisa.

SILVAb, Laélia Maria Rodrigues da Silva. (2016b). Laélia Maria Rodrigues da Silva: depoimento. Entrevistadora: Giselle Xavier d'Ávila Lucena. Rio Branco, Acre. Entrevista concedida a esta pesquisa

VIVAS, Rodrigo e GUEDES, Gisele. (2015). DA NARRATIVA COMUM À HISTÓRIA DA ARTE: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA. *Revista Interdisciplinar Internacional de Artes Visuais*. Curitiba, v. 2, n. 1.